

ÉTICA: AS FUNDAÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO MODERNO

Dinorá Carla de Oliveira Rocha Fernandes

Advogada.

Mestranda em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos.
Especialista em Direito Público pela Associação Nacional dos Magistrados Estaduais e
Centro Universitário Newton Paiva.

Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Universidade Gama Filho.

Professora de Direito Previdenciário no Centro Universitário Newton Paiva e
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Professora orientadora do Centro de Exercício Jurídico – CEJU do Centro Universitário Newton Paiva.

Sumário: 1. Introdução - 2. Ética em sentido antigo - 3. Epicuro e a questão do universo interior - 4. Era medieval - 5. A defesa da liberdade - 6. Crise política no século XIV - 7. A ética do mando - 8. O pensamento político moderno - 9. Lutero e Calvino - 10. Conclusão - 11. Referências.

1. Introdução

A proposta deste trabalho é demonstrar, de forma rápida, as fundações do pensamento político moderno, iniciando pelo sentido da palavra ética, nos detendo no estudo das lições de Epicuro e sua questão do universo interior, passando pela Era Medieval, pela defesa da liberdade, Era dos Príncipes, crise política do século XIV, Lutero, Calvino, até chegarmos ao pensamento político moderno e o sentido de Democracia.

2. Ética em sentido antigo

Para o homem grego, a ética era o caminho a ser seguido. Ele buscava na ética, a estética da sua existência.

Acreditava-se que o homem se transformava eticamente na medida em que se tornava parte do cosmos.

Pitágoras dizia que o universo revelava uma beleza, uma ordem que servia de modelo de referência para a ética.

Mas para os estudiosos da ética antiga, a questão central era discutir, descobrir o que seria o bem para o homem.

Kant¹ admirava intensamente as estrelas no céu e as normas morais dentro dele mesmo.

Tem-se notícia que as epopéias homéricas já falavam da ética.

A ética no sentido pessoal e político é retratada e tem como símbolo, um barquinho no mar, que simboliza as paixões humanas.

Para MARILENA CHAÚ² a ética seria a educação da nossa vontade pela razão para a vida bela justa e feliz para a qual estamos todos destinados. Afirma que é necessária a educação da nossa vontade pela razão, que, recebendo a educação racional nos ajuda a escolher entre o bem e o mal para a vida bela, feliz e justa para a qual todos estaríamos destinados.

3. Epicuro e a questão do universo interior

EPICURO (séc. III a.c.) é a figura que representa a ética antiga porque suas atitudes sempre foram pautadas pela ética. A obra de Epicuro é extremamente atual porque ensina o virtuosismo pessoal, mesmo em tempos de adversidades.

Na época de Epicuro a Grécia não era mais livre, vivia sob o jugo do império macedônio após a vitória de Queroneia.

Nesta época, segundo os estudiosos, não se poderia pretender que a polis, (cidade) figurasse a beleza como pretendia Platão e Aristóteles³ porque os povos já não mais escolhiam as leis; tinham, na verdade que se submeter às leis de Alexandre e Felipe; não havia mais a liberdade.

Mesmo nesta condição, Epicuro dizia que o homem, mesmo na adversidade devia ser feliz porque nascera para isso. Para ele, o bem pessoal deveria ser seguido sozinho porque “o barquinho” interior é que deveria ser guiado para que o homem compreendesse a sua dimensão, o seu papel.

¹ KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

² CHAÚ, Marilena *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

³ ARISTÓTELES. *Tópicos*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (volume IV)

Epicuro propõe, então, um programa de auto-administração com base no atomismo de Demócrito.

Para Epicuro, o homem deveria procurar permanentemente o prazer, porque o sofrimento seria uma fatalidade, mas que, com sua vontade e capacidade conseguiria vencê-lo. Afirmava que homem poderia viver e morrer sereno e feliz, o que se conseguiria através da auto-gestão.

Vale ressaltar que Epicuro vivia a sua doutrina. Foi radical ao dizer que o homem deveria optar entre a vida política e a serenidade, que para ele era a felicidade. Para justificar, apontava a enorme distância entre a vida pessoal (serenidade) e a pública. Para ele, o universo público não estaria a serviço do pessoal.

Surge, então, a figura do jardim: o homem sairia da turbulência da polis e iria ao jardim com os seus amigos. Ele não se isolaria, mas se reuniria com os seus amigos, apoiado num esforço de grupo, na busca do auto-conhecimento. Propõe a substituição da polis com seu antagonismo, pelo jardim com a sua amizade, onde todos procurariam a sabedoria.

A proposta fundamental de Epicuro era:

- 1) O auto-conhecimento
- 2) O apoio à razão
- 3) A recusa ao obscurantismo, credices

4) Os homens seriam explicáveis racionalmente. Já os deuses seriam serenos porque estariam distantes dos homens assim como estes no jardim se distanciariam da polis para encontrarem a felicidade.

5) Os deuses não fazem a libertação do homem, mas o é o homem, que, no jardim, se afastaria da turbulência da polis para encontrar a felicidade.

Convém salientar que para Epicuro, o direito à felicidade, ao bem, à cidadania não seria limitada como fora na democracia de Atenas, porque lá apenas os homens nascidos em Atenas podiam fazer leis, podiam ser livres. Para Epicuro, qualquer pessoa teria direito à felicidade.

Dizia que a razão deveria explicar o mundo mas também o homem deveria ser capaz de recusar as ordens do mundo e que a ética exigiria racionalidade flexível para ali caber o homem com a sua sensibilidade, seus projetos e seus ideais.

Dá como símbolo para a sua explicação, a figura dos átomos: seriam partículas indivisíveis que cairiam desde sempre e inevitavelmente no vazio infinito (crinamen), mas o homem, por possuir vontade, poderia se desviar deles e fazer a sua escolha.

A liberdade, para Epicuro, seria sempre o desvio de uma fatalidade, apesar do mecanismo do mundo. Introduce a dimensão do dever-ser. O homem não estaria à mercê do mundo e por isto poderia estabelecer a sua rota, a sua meta.

Esta liberdade seria possível, porque o homem pode e deve controlar os seus desejos, porque há desejos naturais e necessários, e desejos artificiais. Se ficarmos com os naturais e necessários, afastaremos as fatalidades e seremos livres.

Conclui, então, que o homem seria livre na medida em que se desviasse de suas fatalidades, e, se conseguisse manipular o seu imaginário, esvaziaria as imagens ruins e dolorosas, pois, só seria escravo caso se permitisse se escravizar, usando as imagens ruins, negativas.

Afirmava que o objetivo ético e pessoal seria intransferível e não haveria adversidade externa que pudesse nos desviar de nossa ética pessoal.

Epicuro exerceu enorme influência sobre Diógenes de Enoanda (Turquia), que, inclusive, chegou a inscrever o *tetrapharmakon de Epicuro* em umas rochas em local visível para que todos os que por lá passassem, independente da raça, sexo ou condição social, pudessem ler e se inspirar nele.

Este *tetrapharmakon* contém o resumo da sabedoria ética de Epicuro:

- 1) NÃO HÁ NADA A TEMER QUANTO AOS DEUSES;
- 2) NÃO DEVEMOS TEMER A MORTE;
- 3) A FELICIDADE É POSSÍVEL;
- 4) PODEMOS ESCAPAR À DOR;

Para os Epicuristas, esta receita poderia matar ou curar dependendo da dose em que fosse utilizada e provava que a felicidade não seria doada pelos deuses, mas seria fruto de uma busca pessoal.

4. Era medieval

Na era Medieval, a ética se baseava no sangue, na legitimidade. Não seguir o rei era transgredir a natureza porque ele fazia parte da natureza.

Surge a idéia do rei justo, ou seja, cada um deveria ocupar seu lugar no mundo sem interferir no lugar do outro. Assim como no cosmos tudo estaria ordenado, os planetas girando em torno da terra, da mesma forma os súditos deveriam ficar à mercê do rei.

O rei justo, nesta época era aquele que expressava a bondade para com os pobres, dando esmolas, e para com os nobres, deveria ser magnânimo, dando-lhes presentes.

O bom governo seria aquele que daria presentes e não o que governasse bem. O rei justo deveria tratar os súditos com amor ao contrário do tirano que governava impondo o medo, pois tratava os súditos como escravos e animais. Ilustra-se com o sono, a figura do tirano e do rei justo. Enquanto este dorme, aquele não pode dormir na mesma cama duas noites seguidas, sob pena de ser assassinado por isto ele precisaria de soldados, de guarda.

5. A defesa da liberdade

Figura importante, nesta fase, é a de Santo Tomás de Aquino, que defendia a idéia de que a monarquia seria a melhor forma de governo.

Admitia-se que, para reinar a paz na cidade, os direitos de um indivíduo poderiam até ser violados.⁴ Sugere uma estrutura piramidal de governo, cujo alicerce seria a vontade popular representada pelo parlamento. Para eles o valor fundamental na vida política seria a busca da paz sem perder a liberdade.

6. Crise política no século XIV

⁴ SKINER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Companhia das Letras, p.79

No século XIV viveu-se uma crise em que se discutia quem teria. Coincide, esta época, com a guerra dos cem anos (o Rei da Inglaterra que tem sangue francês quer ser rei da França o que causou a separação da Europa).

Nesta época, cada um reivindicava ser o bom, o justo, o cristão contra o outro.

Importante destacar, nesta época, a peça de Shakespeare sobre Ricardo II e o livro de Maquiavel⁵, intitulado “o príncipe” escrito no exílio: Prega que o governante só será bom se for eficaz. Dizia que o domínio da política seria separado da moral. Permite coisas que a moral não permitiria. O bom dirigente seria capaz de violar sua consciência em nome da política.

Dizia que o Príncipe não precisava ser virtuoso; apenas parecer virtuoso e que seria melhor ser temido a amado se não pudesse ser as duas coisas, porque o medo seria reforçado pela idéia de castigo que sempre se mostraria eficaz.

O príncipe não deveria se desviar do bem mas saber praticar o mal se isto fosse necessário. Deveria saber variar do bem ao mal e do mal ao bem conforme as circunstâncias. Pregava que o bom rei não funciona mais, porque o bom rei seria muito mais pernicioso, nocivo que aquele que sabia usar da justiça e da injustiça para governar de forma ideal.

Para Maquiavel, a virtude seria a chave para que o príncipe esmagasse seus inimigos, pois, no seu entender, o povo pede apenas para não ser oprimido e diz que o príncipe deve arranjar um meio para que o povo sempre dele dependa para garantir a fidelidade do povo).

Surge, então a fonte de legitimação do poder que seria a capacidade de realizar as coisas para o bem público.

O bom governo deveria dar caridade aos pobres e dignidade aos nobres e nisso se esgotaria a idéia do rei justo.

Entretanto, no século XVI, o rei passaria a ser o gestor das questões econômicas, vez que ocorrem as expansões marítimas e as guerras ficaram muito caras por causa da pólvora. O Rei moderno, a partir do século XVI se preocupava em ser eficiente e não mais o justo aplicador dos valores morais.

⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Edipro, Bauru, São Paulo

7. A ética do mando

Necessário falar, nessa época da ética do mando, pois o mando legítimo seria o que deveria ser obedecido. Surgem as dúvidas: a ética de quem manda pode não ser legítima e o súdito deve sempre obedecer? Se não obedece torna-se um transgressor?

Importante ilustrar esta época com a peça sobre Ricardo II, de Shakespeare: Ricardo II não podia mais mandar porque surge a legitimidade à partir da eficiência, ou seja, qualquer poder, sagrado ou não, seria exercido pelo homem que teria fraquezas mas deveria ser exercido com a eficiência humana.

Ricardo II se dizia o sol (a virtude para Maquiavel seria mais importante que o sol, pois os cegos não podem contemplá-lo, mas até eles podem divisar virtude com a maior clareza possível) ⁶, que dava a vida à Inglaterra, mas seu primo Henrique não se comparava a nada, apenas queria ser eficiente, pois dependia exclusivamente da política eficiente que ele queria exercer.

Quando, na peça de Shakespaere Ricardo entrega a coroa a Henrique, diz: a coroa é o poço e nós o balde. Eu sou balde que desce cheio de lágrimas e você é o que sobe para ser coroadado.

Ainda, na peça, quando Ricardo quebra o espelho, só fica o homem e mata o rei.

O mando poderia levar ao crime. A morte seria o limite do mando.

8. O pensamento político moderno

No pensamento político moderno, já não se permite a referência a Deus.

A política somente será moderna se reduzir o poder da religião. Surge a idéia de coisas indiferentes, defendida por Erasmo de Roterdã, que é o defensor das tolerância. Pregava que o homem deveria procurar o que é essencial para a salvação. As outras coisas seriam irrisórias, como por exemplo, seria indiferente

⁶ SKINER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Companhia das Letras, p.142

a cor da batina e estola que o padre usa nas missas, porque isto não foi designado por Deus e para Ele isto é indiferente mas é necessário para a sociedade.

Passamos a ter na religião menos coisas sagradas. Há verdadeira diminuição na diferença entre o bem e o mal. Essa idéia permitiu que a política se constituísse na modernidade como algo que pode ser regulado de um jeito ou de outro.

9. Lutero Calvino

Importante destacar a figura de Lutero e Calvino. Em 1554 John Knox indagou se era devida a obediência a um magistrado que impõe a idolatria e condena a verdadeira religião.

São Paulo, na Carta aos Romanos pregou que todo poder provinha de Deus, logo os príncipes seriam representantes de Deus.

Se o poder é injusto o povo poderia se opor a ele, porque o rei passaria a ser um cidadão privado criminoso. Entretanto, Paulo diz que quem resiste ao poder do Rei resiste à ordem de Deus. Entretanto, quando eles se tornam opressores do povo, não devem mais ser considerados reis ou legítimos mas pessoas privadas.

Mas Paulo diz que quando o povo precisa ser punido, Deus dá-lhe um rei mal como é o caso de Saul. Na bíblia diz: “Em sua ira contra o povo, Deus lhe mandou este rei.”⁷

Surge a idéia de que o povo devoto ao Senhor elegerá o rei que Deus escolher e se o povo descobrir que elegeu um rei tirano interpretou equivocadamente os sinais de Deus. Logo, todo cidadão prometeu a Deus observar os seus mandamentos, por isto todos teriam o dever de ajudar a combater o mal, inclusive se opondo ao rei.

⁷ BÍBLIA SAGRADA. I Reis. Capítulo 7, 21

10. Conclusão

A democracia vai se instalar no fim do século XVIII e início do Século XIX através do voto. A política deixa de ter como referência o Divino, o sagrado, mas o homem que assume ser responsável por seu destino e por isto ele não pode mais abrir mão deste poder em nome de Deus. O conteúdo seria menos importante que a forma. Os valores seriam menos importantes que na era medieval.

Fica um valor importante: a forma democrática em que cada homem na escolha política tem o mesmo valor. A democracia não é um meio mas um fim em que todos se respeitam como iguais.

O grande valor da democracia: igualdade: todas as diferenças sociais devem sumir em prol da igualdade política de decisão.

Liberdade: a democracia não pode abolir a democracia, ou seja, se a maioria do povo pode eleger um tirano através do voto.

Antonio Pessanha⁸ diz Mas é preciso governar com autoridade. Ausência de normas é inviável, porque a liberdade absoluta vilipendia a ética.

Propõe a ética da alegria e a ética da transgressão: praticar as boas normas transgredindo as normas obsoletas

11 Referências

ARISTÓTELES. Tópicos. *In: Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (volume IV)

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB, I Reis. Capítulo 7, 21

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

⁸ PESSANHA, Antônio. *Ética*. Fita de vídeo produzida pela TV cultura, tendo como tema central, a ética.

GALUPPO, Marcelo Campos. *Igualdade e Diferença. Estado Democrático de Direito a partir do pensamento de Habermas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Maquiavel, Niccolo. *O Príncipe*. Editora Cultrix, São Paulo. Tradução de Antonio D'elia.

More, Thomas. *A Utopia*, editora Marins Fontes. São Paulo, 1993.

PESSANHA, Antônio. *Ética*. Fita de vídeo produzida pela TV cultura, tendo como tema central, a ética.

Platão, *A República*. Fundação Calouste Goulbekian, Portugal, 1989. Tradução de Maria Inês da Rocha.

SKINER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Companhia das Letras.

VÍDEO: *Ética*, produzido pela TV Cultura.